

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. OBJETO**

Contratação de serviços para disponibilização de sistema digital como meio de realização de licitação eletrônica.

### **2. JUSTIFICATIVA**

Atender a necessidade de realização de licitação em meio digital, com padronização de procedimentos, unificação de banco de dados e mais eficiência nas compras públicas, em especial considerando que o art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe que os atos e procedimentos das licitações serão efetivados preferencialmente por meio eletrônico e que os certames deverão ser realizados exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet.

Nesse sentido, mostra-se necessário que o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI adote ferramenta confiável para a realização de suas licitações eletrônicas. Necessário pontuar, contudo, que a implementação das licitações eletrônicas necessita de preparo e cuidados, em especial:

- a) capacitação dos agentes envolvidos;
- b) desenvolvimento de metodologias para proteger e privilegiar o mercado local, nas formas da Lei Complementar nº 123/2006
- c) Nos termos do art. 106 c/c art. 107, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, mostra-se possível que o contrato seja firmado pelo período de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos.

### **3. DEMANDA PREVISTA**

A demanda é definida pelas modalidades que serão utilizadas no sistema.

Os procedimentos demandados são:

- a) Pregão eletrônico;
- b) Pregão progressivo;
- c) Pregão para registro de preços eletrônico;
- d) Cotação eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns conforme a Lei;
- e) Cotação eletrônica para elaboração de preços de referência;
- f) Dispensa eletrônica;
- g) Concorrência eletrônica;
- h) Chamada Pública da agricultura familiar;
- i) Chamamento público;
- j) Leilão eletrônico.

### **4. VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS**

A vantagem para a Administração será a utilização de sistema que não exija contraprestação financeira, ou seja, não haja dispêndio financeiro por parte da entidade.

Por outro lado, o valor cobrado dos fornecedores é acessível e compatível com o mercado<sup>1</sup>, considerando que não está relacionado com o número de procedimentos em andamento no sistema, mas refere-se aos custos com a ferramenta de segurança, disponibilização de *link de internet* e custos do *datacenter* – armazenamento de todos os dados, inclusive de licitações já encerradas, que são inerentes ao funcionamento da plataforma. A cobrança do valor não representa tarifação do serviço, mas apenas o ressarcimento de parte dos custos gerados pelos fornecedores, sendo que os valores recebidos são revertidos diretamente na manutenção e melhoria do Portal de Compras Públicas.

O resultado a ser alcançado é o aumento da eficiência nas compras públicas, sem dispêndio financeiro para a entidade e com a satisfação de fornecedores, além da obtenção de economicidade nas contratações.

Pretende-se com a contratação do sistema e dos serviços complementares, a customização de módulos específicos de acordo com a demanda desta entidade, no intuito de compatibilizar a estrutura existente com o sistema a ser utilizado.

A padronização dos procedimentos, de acordo com a legislação de regência, a unificação de banco de dados, a fácil interface do sistema e a segurança da informação, são pontos fundamentais que devem constar no sistema.

A eficiência nos procedimentos, a redução de custos e o aumento da competitividade nos certames são resultados pretendidos com a contratação do sistema.

#### **4.1. Análise dos outros sistemas disponíveis:**

Existem diversos portais de compras, públicos e privados, para a realização de licitações eletrônicas. Entre eles, podem ser citados o Portal de Compras do Governo Federal, Portal de Compras do Banco do Brasil – Licitações-e, Portal de Compras da Caixa Econômica Federal – Licitações Caixa, Portal de Compras Públicas, entre outros.

Os certames eletrônicos realizados no Portal de Compras Públicas seguem os mesmos trâmites dispostos nos sítios de compras governamentais.

Não existe imposição legal para que as empresas públicas e as sociedades de economia mista façam uso obrigatório de algum portal específico. Pelo contrário, a Lei das Estatais dispõe que as licitações deverão ser por meio de portais de compras de acesso público na internet, públicos ou privados.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O Portal de Compras Públicas cobra os seguintes valores dos licitantes que utilizam suas funcionalidades: plano anual – R\$ 129,17 (cento e vinte e nove reais e dezessete centavos) por mês; plano mensal – R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) por mês; ou plano avulso (para certame específico) – R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais) por mês. Fonte: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor> Acesso em 20.02.2025.

<sup>2</sup> Lei nº 13.303/2016: [...] Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as

Diversos portais eletrônicos que fornecem ferramentas para a operacionalização de licitações eletrônicas acabam por cobrar algum valor dos licitantes que os utilizam, com o intuito de ressarcir os custos arcados com a disponibilização da tecnologia da informação. Entre os portais mais conhecidos que efetuam a cobrança estão o Licitacoes-e<sup>3</sup>, o Banrisul e o Portal de Compras Públicas.

Nesse contexto, o CIMMVI procedeu à análise comparativa dos portais de compras públicas atualmente em operação, com base nas informações disponibilizadas nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, tendo identificado os seguintes benefícios:

### **Portal de Compras Públicas (PCP)**

Cadastro do órgão público: realizado pela equipe do Portal

Gratuidade para o ente público.

Formatos de compras: Dispensa Eletrônica de Licitação, Inexigibilidade Eletrônica, Pregão Eletrônico, Concorrência Eletrônica, Leilão Eletrônico e Diálogo Competitivo.

Conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e outras normativas.

Transparência nas licitações e registros auditáveis.

Economia de recursos públicos com ampla competitividade.

Rapidez nos processos por meio da digitalização.

Redução de erros com validações automáticas.

Acompanhamento em tempo real de todas as fases.

Histórico de contratações para planejamento estratégico.

Facilidade na formação de preços com acesso a cotações.

Módulo de adesão a atas de registro de preços.

Suporte técnico especializado.

Ambiente seguro e certificado.

---

seguintes diretrizes: [...] § 3º As licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, deverão ser realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet. § 4º Nas licitações com etapa de lances, a empresa pública ou sociedade de economia mista disponibilizará ferramentas eletrônicas para envio de lances pelos licitantes.

<sup>3</sup> O Licitacoes-e é gratuito? Não, mas o valor não se refere a tarifa. Trata-se de ressarcimento dos custos pela disponibilização dos recursos de tecnologia da informação e sua cobrança está amparada pelo Art. 5º da Lei nº 10.520/2002, custeando: cadastramento da empresa, cadastramento de representante, custo de processamento das transações realizadas na internet, atendimento prestado pela agência de relacionamento, atendimento prestado via suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de sistema e investimento em equipamentos (servidores). Fonte: <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/FAQ.pdf>

Gestão de documentos eletrônicos.

Registro de intenção de compra por municípios.

Acesso a relatórios gerenciais.

Acesso facilitado a oportunidades públicas em todo o país.

Ambiente 100% online para envio de propostas e lances.

Avisos de novas oportunidades por e-mail.

Maior visibilidade e alcance de mercado.

Participação sem necessidade de deslocamento.

Sistema intuitivo com suporte técnico.

Redução de custos operacionais.

Possibilidade de ampliar o faturamento.

Acompanhamento de histórico e desempenho.

Ferramentas de apoio à gestão de propostas.

#### **Portal BLL**

Cadastro do órgão comprador: realizado pela equipe interna da BLL.

Custo: Gratuito para órgãos públicos.

Formatos de compras: Pregão Eletrônico, Leilão Eletrônico, Concorrência Eletrônica, Dispensa Eletrônica, Compra Direta por Dispensa e Inexigibilidade.

Banco de Preços exclusivo: Gratuito.

Limite de lotes para disputa: até 50 lotes (sugere-se até 20).

Integração: 100% com o PNCP e 117 sistemas integrados.

#### **Portal Licitanet**

Cadastro do órgão público: não informado.

Custo: não informado.

Serviços: Pregão eletrônico, Dispensa eletrônica, Concorrência eletrônica, Registro de preço, Contrato.

Critérios de julgamento: menor preço por item/lote, maior desconto, menor taxa, maior lance.

Funcionalidades: Autorização de compras, Ata de registro de preço, ETP digital, Cadastro reserva.

Integrações: +Brasil, PNCP, Megasoft, e diversos sistemas de gestão.

Treinamentos: para compradores e fornecedores.

Suporte: para ambos os públicos.

Acesso de visitante à sala de disputa.

### **Portal Licitar Digital**

Cadastro do órgão público: não informado.

Custo: Gratuito.

Serviços: modelos de editais e contratos, banco de preços, integração com plataformas, assinatura eletrônica gratuita.

Observação: site fornece poucas informações sobre benefícios adicionais.

### **Portal Licita Brasil**

Cadastro do órgão público: não informado.

Custo: não informado.

Serviços de gestão documental: cadastro no SICAF, COMPRASNET, BEC, etc.; assessoria documental e fiscal.

Gestão técnica de licitações: captação de oportunidades, retirada de editais, participação em certames, acompanhamento de fases.

Assessoria jurídico-administrativa: impugnações, recursos, mandados de segurança.

Gestão de contratos: reajuste, aditamento, penalidades, controle de empenhos.

Treinamentos: In Company e Online.

Por outro lado, no intuito de selecionar a ferramenta mais adequada para a condução dos procedimentos de contratação eletrônica, foram realizadas reuniões técnicas virtuais com os representantes dos portais, ocasião em que foram discutidas as necessidades operacionais do Consórcio e as particularidades de cada plataforma disponível no mercado.

A partir dessa interlocução, promoveu-se uma análise comparativa dos benefícios oferecidos pelos principais portais de compras, com base nas informações obtidas diretamente nos sítios eletrônicos oficiais de cada fornecedor.

Durante o levantamento, foram identificadas limitações operacionais em algumas plataformas, tais como ausência de suporte técnico eficiente, dificuldades de integração de sistemas de gestão já utilizados pelo Consórcio ou número reduzido de funcionalidades essenciais.

Deste modo, considerando tais aspectos, concluiu-se que a plataforma Portal de Compras Públicas revela-se como a que melhor atende ao interesse público, na medida em que apresenta maior aderência às exigências legais, funcionalidade ampla, boa usabilidade, integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), suporte técnico imediato e qualificado, inclusive gratuidade para a Administração.

## **5. CRITÉRIOS DE CONTROLE E REGISTROS A SEREM ADOTADOS**

Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, tratando entre outros pontos sobre a gestão e a fiscalização dos contratos. Nesse sentido, na pretensa contratação será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A designação do fiscal deverá observar:

- a) conhecimento técnico necessário (Acórdão nº 785/2014 – TCU – Plenário);
- b) compatibilidade desta demanda com a disponibilidade do empregado (Acórdão nº 2340/2016 – TCU – Plenário).

O representante da entidade anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Divinópolis, 24 de julho de 2025.

**Luana Júnias Silva**